

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal de Brasília Class.: Am. militares
 Data 07.11.80 Pg.: 05

**Erasmão Dias quer
 que o Exército
 atue na Amazônia**

O deputado Erasmo Dias (PDS-SP) sugeriu ao governo que atribua ao Exército a direção e coordenação das atividades de fiscalização da faixa de fronteira na Amazônia, ao constatar que o contrabando genérico, inclusive de armas, o tráfico de drogas, o problema indígena, e a penetração estrangeira na região, em particular de religiosos, estão fora do alcance das autoridades brasileiras. Para isso seriam criados em cada área os DOI-CODI, Departamento de Operações e Informações e Conselho de Segurança Interna.

Em ofício encaminhado ao ministro do Exército, general Walter Pires, e ao chefe do Gabinete Militar da Presidência, general Danilo Venturini, o deputado Erasmo Dias relata algumas observações feitas ao longo dos nove dias em que visitou a Amazônia, em companhia do ministro do Exército, destacando que, "dentro do contexto de segurança nacional, alguns aspectos extremamente importantes nos parecem indevidamente equacionados".

Erasmo Dias explicou ter observado, em Rondônia, forte influência boliviana em território brasileiro, além de contrabando de produtos e tráfico de drogas pela fronteira, em Roraima, total isolamento da região com o restante do país e maior proximidade da Venezuela, e Colômbia, em várias partes da fronteira, comércio de madeira sem controle, além de forte presença religiosa estrangeira e variados problemas indígenas.

Esses problemas, afirma o parlamentar em ofício às autoridades, têm reflexos internacionais, estão afetos à segurança extrema e a omissão em enfrentá-los gera situações difíceis. "Sendo o Exército praticamente a única instituição presente, sobre ele recai o peso dessa omissão".

Erasmo Dias sugere que na Amazônia, de Rondônia ao Amapá, seja proibida qualquer atividade de entidade alienígena, inclusive religiosa, na faixa de fronteira, de 100 quilômetros. Sugere se proíba qualquer reserva indígena nessa faixa, afirmando que o problema fundiário, e ecológico, deve ficar sob completo domínio da União.

A faixa de fronteiras da Amazônia, explicou o parlamentar deve ser regida por legislação própria.